



SEÇÃO: ENSAIOS E ARTIGOS

Processos migratórios induzidos por desastres: a perda de vidas, histórias e territórios*Disaster-induced migration processes: the loss of lives, stories and territories**Procesos migratorios inducidos por desastres: la pérdida de vidas, historias y territorios***Fernanda Xavier Arena¹**orcid.org/0000-0002-4675-1630fernanda.arena@edu.pucrs.br**Carlos Eduardo de****Oliveira Mazoni¹**orcid.org/0009-0006-6593-2353carlos.mazoni@edu.pucrs.br**Maria Isabel Barros****Bellini¹**orcid.org/0000-0003-1680-5009maria.bellini@pucrs.br**Recebido em:** 31 mai. 2024.**Aprovado em:** 27 jul. 2024.**Publicado em:** 06 dez 2024.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise da produção científica sobre os processos migratórios induzidos por desastres ou eventos climáticos extremos, de modo a identificar os fatores associados a esse contexto. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada revisão de literatura nas bases de dados Scopus e Scielo. O aumento exponencial de desastres e eventos extremos apresenta repercussões que se diferenciam conforme contexto e território, sendo a indução à migração uma repercussão. Deseja-se que este artigo estimule outras produções, estudos e investigações agregando diferentes atores sociais em busca de maior compreensão sobre um tema tão importante.

Palavras-chave: desastres naturais; migrações; territórios; modos de adaptação.

Abstract: The present article aims to present an analysis of the scientific production on migration processes induced by disasters or extreme weather events, in order to identify the factors associated with this context. To achieve the proposed objective, a literature review was conducted using the Scopus and Scielo databases. The exponential increase in disasters and extreme events has repercussions that vary according to context and territory, with migration induction being one such repercussion. It is hoped that this article will stimulate further research, studies, and investigations, involving different social actors in the pursuit of greater understanding of such an important topic.

Keywords: Natural Disasters; Migrations; Territories; Adaptation Modes.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo presentar un análisis de la producción científica sobre los procesos migratorios inducidos por desastres o eventos climáticos extremos, con el fin de identificar los factores asociados a este contexto. Para lograr el objetivo propuesto, se realizó una revisión de literatura en las bases de datos Scopus y Scielo. El aumento exponencial de desastres y eventos extremos tiene repercusiones que varían según el contexto y el territorio, siendo la inducción a la migración una de ellas. Se espera que este artículo estimule futuras investigaciones, estudios e investigaciones, involucrando diferentes actores sociales en la búsqueda de una mayor comprensión de un tema tan importante.

Palabras clave: desastres naturales; migraciones; territorios; modos de adaptación.

INTRODUÇÃO

As migrações são identificadas como dinâmicas de mobilidade populacional que acontecem na perspectiva de satisfazer necessidades que podem ser econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outras (Castillo Ramírez; González Sánchez, 2018). Trata-se de um tipo de movimento



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil

reconhecido ao longo da história e que surge em diferentes contextos e territórios.

Os motivos que determinam a migração são muitos e diversos; regional ou internacionalmente, observa-se a recorrência de fatores como: busca por melhores condições de vida, oportunidades de emprego, manutenção de laços familiares, acesso a serviços de saúde ou outros, fuga de territórios violentos, perseguições políticas/religiosas/raciais/por território e condições climáticas adversas. O tema das migrações, bem como das alterações climáticas, tem ocupado as agendas governamentais de todos os países; observa-se a realização de vários eventos ao redor do mundo para planejar enfrentamentos às constantes catástrofes ambientais e suas consequências.

Este artigo tem como objeto os processos migratórios forjados pelas condições climáticas e como objetivo analisar a produção científica sobre os processos migratórios induzidos por desastres ou eventos climáticos extremos, identificando os fatores associados, como a mitigação e a resiliência. Para tanto, foi realizada revisão de literatura nas bases de dados Scopus e Scielo utilizando-se as palavras-chave "*natural disasters*", "*resilience*" e "*mitigation*", considerando o período de janeiro de 2011 a junho de 2023; após busca exaustiva e utilização de critérios de inclusão/exclusão, os quais estão explicitados posteriormente, foram selecionados 17 artigos para análise. Os resultados apontaram uma produção significativa na Ásia, porém a maior concentração de estudos está localizada nos Estados Unidos da América. A migração induzida por desastres tem como característica marcante o fato de ocorrer de forma repentina, determinada por fatos inesperados, com o deslocamento de grandes grupos de indivíduos em busca de áreas mais seguras, as quais muitas vezes não estão preparadas para recebê-los.

Finalmente, este estudo recomenda agilidade e prontidão dos governos em elaborar políticas ou estratégias de amplo alcance regulando a migração, com proposição de ações de proteção aos imigrantes, bem como que abordem em suas agendas de forma mais efetiva e consequente

o tema das mudanças climáticas, construindo políticas, planos e ações de gestão, prevenção e mitigação às situações de desastres e catástrofes que ceifam vidas e que obrigam indivíduos, grupos e/ou comunidades a abandonarem seus territórios.

Sobre desastres e processos migratórios

Há décadas identifica-se o aumento exponencial de desastres em todos os países. Inicialmente pensados como eventos naturais, posteriormente passaram a ser explicados como resultado da ação do ser humano sobre a natureza. Resultado que repercute na vida em sociedade, como, por exemplo, com a emigração forçada de pessoas, grupos e/ou comunidades de seus territórios. Sobre isso, o relatório do Marco de Sendai (ONU, 2015, p. 4) informa que, "entre 2008 e 2012, 144 milhões de pessoas foram deslocadas por catástrofes". Há referência evidente no documento de que as catástrofes ou desastres "são agravados pelas mudanças climáticas e que estão se tornando mais frequentes e intensos, significativamente impedem o progresso para o desenvolvimento sustentável" (ONU, 2015, p. 4).

Na "corrida" dos governos para planejar ações de enfrentamento aos desastres – corrida em que estão em desvantagem –, o mesmo documento aponta que a exposição de pessoas a situações é mais rápida do que a redução dos riscos e vulnerabilidades, o que gera novos riscos em um ciclo interminável, "com significativo impacto sobre a economia, a sociedade, a saúde, a cultura e o meio ambiente, a curto, médio e longo prazo, especialmente nos níveis local e comunitário" (ONU, 2015, p. 4).

A complexidade que envolve as alterações climáticas e suas consequências exige dos governos e dos órgãos internacionais respostas rápidas e eficazes que responsabilizem diferentes atores sociais a fim de "proteger de forma mais eficaz pessoas, comunidades e países, seus meios de vida, saúde, patrimônio cultural, patrimônio socioeconômico e ecossistemas, fortalecendo, assim, sua resiliência" (ONU, 2015, p. 4).

Entendendo que as alterações climáticas provocadas pela exploração sem limite dos recursos naturais vêm tendo crescimento vertiginoso e que a migração induzida pelos desastres é uma das consequências, é fundamental que se desenvolvam “informações sobre risco de desastres específicos a cada local, incluindo mapas de risco, para os tomadores de decisão, o público em geral e as comunidades em risco de desastre, em formato adequado [...]” (ONU, 2015, p. 10) como possibilidade de prevenir o fluxo migratório e proteger as populações.

Ações mais dedicadas precisam ser centradas no combate a fatores subjacentes de risco de desastres, como, por exemplo, as consequências da pobreza e da desigualdade, mudanças e variabilidade climática, urbanização rápida e não planejada, má gestão do solo e fatores como a mudança demográfica, arranjos institucionais fracos, políticas não informadas sobre riscos, falta de regulamentação e incentivos para o investimento privado na redução do risco de desastres, cadeias de suprimentos complexas, limitada disponibilidade de tecnologia, usos insustentáveis de recursos naturais, ecossistemas em declínio, pandemias e epidemias (ONU, 2015, p. 4).

Estudos apontam que os movimentos migratórios em âmbito global têm aumentado nas últimas décadas. Ainda em 2013 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico² (United Nations, 2013) informava que na década de 1990 os movimentos de migração já se manifestavam, porém apresentavam diferenças importantes entre o Norte e o Sul Globais: o Norte apresentava um aumento de 53 milhões (65%) de migrantes; o Sul, um aumento de 24 milhões (34%). Essas diferenças apontavam que os países pequenos e os países insulares (áreas formadas por conjuntos de ilhas ou arquipélagos) apresentavam as mais altas taxas de emigração para países da OCDE.

O Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC, 2016) estima que, somente entre os anos de 2008 e 2012, cerca de 1,4 milhão de pessoas foram deslocadas por catástrofes naturais e a Or-

ganização Internacional para as Migrações (*apud* Ahsan; Özbek, 2022; Brown, 2008) estima que até 2050 uma em cada 45 pessoas terá transitado de localidade em virtude das mudanças climáticas no mundo, sendo a maioria delas originária de países em desenvolvimento. Portanto, a migração é seletiva, há maior afluência em países mais vulneráveis.

Entre 2000 e 2010 este número subiu para 4,6 milhões de pessoas por ano. Seja por conflitos políticos ou catástrofes naturais, muitas pessoas deixam seus países ou contextos de origem. Na América Latina e Caribe, constatou-se também aumento no número total de imigrantes: Em 2000 o número de imigrantes internacionais era de 6,5 milhões, em 2010 este número subiu para 8,1 milhões e em 2013, 8,5 milhões de imigrantes (United Nations, 2013 *apud* Pizzinato *et al.*, 2017).

Essa movimentação também reflete a intensificação das expressões da questão social, fruto do “recrudescimento do modelo capitalista neoliberal e do incremento de interdependências financeiras e econômicas através do mundo” (Pizzinato *et al.*, 2017, p. 139).

As consequências dos desastres se expressam no aumento da morbidade e da mortalidade como consequência da diminuição da qualidade do ar, de doenças transmitidas pela água e outras doenças infecciosas, da propagação de riscos à saúde, de ameaças à saúde mental e da instabilidade social, fatores que acirram os conflitos e as migrações generalizadas (Costello *et al.*, 2009; Field; Barros, 2014; Lubet *et al.*, 2014; Lubet; Prudent, 2009).

Os desastres ou eventos climáticos extremos como repercussões das mudanças climáticas impõem aos governos e às populações diferentes exigências: os governos devem desenvolver processos de mitigação, e a população, estratégias de enfrentamento e construção de resiliência, especialmente na esfera familiar e comunitária (Cohen *et al.*, 2013), sendo que a migração se configura como uma das alternativas para lidar e resistir a esses acontecimentos e suas impli-

² Organização para a Cooperação e Desenvolvimento – organização internacional, localizada na França tem como objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social, por meio de reuniões em que são discutidas políticas públicas e econômicas que possam orientar as nações.

cações.

Portanto, a busca por um território com melhores condições é a luta pela continuidade da vida.

A CONSTRUÇÃO DO ESTUDO: METODOLOGIA, OBJETIVO E RESULTADOS

Para o alcance do objetivo aqui proposto – analisar a produção científica sobre os processos migratórios induzidos por desastres ou eventos climáticos extremos, identificando os fatores associados, como a mitigação e a resiliência –, realizou-se revisão de literatura nas bases de dados Scopus e Scielo utilizando-se as palavras-chave “*natural disasters*”, “*resilience*” e “*mitigation*”, acompanhadas do operador booleano *AND* e *OR*. A palavra-chave “*migration*” foi utilizada como critério operacional a ser encontrado na literatura analisada através das palavras-chave anteriores. O estudo foi conduzido de dezembro de 2023 a fevereiro de 2024. Como critério de inclusão, considerou-se este: a) artigos científicos que contivessem as palavras-chave independentemente do idioma. Como critérios de exclusão, os seguintes: a) documentos produzidos em âmbito internacional, nacional, regional, local que não tenham natureza de publicação científica; b) documentos produzidos por organizações internacionais e nacionais públicas e privadas (*working papers*, relatórios, reportagens, etc.) que não tenham natureza de publicação científica; c)

trabalhos de conclusão de curso de graduação, mestrado, doutorado, materiais didáticos para uso acadêmico, etc.

Inicialmente, efetuou-se o cruzamento dos descritores em cada base de dados, eliminando-se as referências duplicadas e selecionando-se as referências que cumpriam os critérios de inclusão/exclusão, a partir da revisão dos títulos e resumos encontrados. Depois, realizou-se a busca do texto completo de cada artigo elegendo-se os estudos de interesse a partir da leitura dos trabalhos na íntegra. Todas as exclusões realizadas foram justificadas. Com o intuito de armazenar e organizar adequadamente as referências identificadas na busca, utilizou-se a plataforma *on-line* Rayyan QCRI.

Utilizando-se os termos de busca, foram encontradas 4.597 referências. Após a eliminação das duplicações (54 artigos) e a busca pela palavra-chave “*migration*” no *software* de análise, 69 estudos foram identificados. Após a leitura dos títulos e resumos, 40 foram considerados relevantes. Com a leitura dos textos na íntegra, 23 artigos foram eliminados devido às seguintes justificativas: impossibilidade de acesso ao texto completo, não correspondência ao critério de tipo de publicação, incongruência com os objetivos do estudo. Assim sendo, foram elencados 17 artigos para análise. A relação dos estudos selecionados encontra-se detalhada no quadro 1.

Quadro 1 - Características gerais dos estudos analisados

Autores	Ano	Título do artigo	País de Origem*
Abbas Khan et al.	2019	Natural disasters and economic losses: controlling external migration, energy and environmental resources, water demand, and financial development for global prosperity	Paquistão
Ahsan e Özbek	2022	Policy considerations on hurricane induced human displacement: Lessons from Cyclone Sidr and Hurricane Katrina	Turquia
Asad	2014	Contexts of reception, post-disaster migration, and socioeconomic mobility	Estados Unidos
Ayeb-Karlsson et al.	2016	A people-centred perspective on climate change, environmental stress, and livelihood resilience in Bangladesh	Alemanha

Autores	Ano	Título do artigo	País de Origem*
Cohen et al.	2013	Forced Migration, Climate Change, Mitigation and Adaptive Policies in Mexico: Some Functional Relationships	México
Daher et al.	2021	Toward resilient water-energy-food systems under shocks: Understanding the impact of migration, pandemics, and natural disasters	Estados Unidos
Graif	2015	(Un)natural disaster: vulnerability, long-distance displacement, and the extended geography of neighborhood distress and attainment after Katrina	Estados Unidos
Irwin et al.	2016	Human adaptations in food, energy, and water systems	Estados Unidos
Islam	2018	Climate Change, Natural Disasters and Socioeconomic Livelihood Vulnerabilities: Migration Decision Among the Char Land People in Bangladesh	Bangladesh
Islam e Khan	2018	Threats, vulnerability, resilience and displacement among the climate change and natural disaster-affected people in South-East Asia: an overview	Bangladesh
King et al.	2014	Voluntary relocation as an adaptation strategy to extreme weather events	Austrália
Muggah	2015	The invisible displaced: A unified conceptualization of population displacement in Brazil	Brasil
Patel et al.	2020	Voices of rural people: Community-level assessment of effects and resilience to natural disasters in Odisha, India	Índia
Petkova et al.	2015	Climate change and health on the U.S. Gulf Coast: Public health adaptation is needed to address future risks	Estados Unidos
Rakib et al.	2019	Severe salinity contamination in drinking water and associated human health hazards increase migration risk in the southwestern coastal part of Bangladesh	Japão
Runfola et al.	2016	The Influence of Internal Migration on Exposure to Extreme Weather Events in Mexico	Estados Unidos
Saxena et al.	2022	Opportunities and barriers for wood-based infrastructure in urban Himalayas: A review of selected national policies of Nepal	Estados Unidos

Fonte: Elaborado pelos autores

*Considerado pela referência de filiação do primeiro autor

A partir dos artigos selecionados, observou-se uma maior concentração de estudos realizados no contexto norte-americano, embora também esteja presente um número representativo de estudos que aportam a temática no continente asiático, os quais têm como ênfase o compartilhamento de vivências, consequências e estratégias de enfrentamento de seus povos quanto à necessidade de migrar pela ocorrência de

desastres naturais.

A seguir, apresenta-se a discussão amparada nos artigos analisados.

Processos migratórios: o “desenraizamento” de um território e a busca da continuidade da vida

Para Espinoza Soto *et al.* (2022), os processos

migratórios implicam o “desenraizar” de um território de pertencimento com importantes implicações em nível físico e social, repercutindo nos vínculos afetivos e aspectos culturais deixados no local de onde se migra. Esse é um dos fatores que coloca o migrante em um ambiente de tensão, fragilizando-o cognitivamente e emocionalmente, deixando-o cercado de incertezas sobre a continuidade de suas atividades – antes cotidianas (Aguirre, 2017). O estudo de Daher *et al.* (2021) divide os fatores que afetam as decisões de um migrante em fatores “push” e “pull”: os fatores *push* são atributos desfavoráveis do ponto de origem (onde a migração começa), enquanto os fatores *pull* são atributos favoráveis do destino. Em ambos os grupos de fatores, pode haver influências econômicas, sociopolíticas ou ecológicas (World Economic Forum, 2017). Por sua vez, Irwin *et al.* (2016) afirmam que a teoria básica da migração pressupõe a busca de melhorias em relação à situação vivida e que a tomada de decisão é resultado da equação entre custos e benefícios de onde estão e para onde irão. Acrescentam que alguns dos atributos que alimentam as escolhas são detectáveis, perceptíveis; e outros podem exigir esforço maior ou serem desconhecidos.

Na literatura, a migração é classificada em dois grupos distintos: voluntária e forçada (Arous, 2013; IDCM, 2016). A modalidade de migração voluntária ocorre com base na livre vontade, iniciativa e desejo do migrante de viver num lugar melhor de acordo com a sua aspiração (World Economic Forum, 2017). As pessoas podem deixar o seu país de origem por razões puramente econômicas, para procurar melhorias materiais nos seus meios de subsistência (Daher *et al.*, 2021). A modalidade da migração forçada ocorre quando as pessoas fogem (deslocamentos internos ou refugiados) como resultado de um medo legítimo de perseguição, ou como reação a situações de crise decorrentes de causas naturais (por exemplo, desastres ambientais, alterações climáticas) ou provocadas pelo homem (como fome, guerra,

conflito, violência) (European Migration Network, 2018; World Economic Forum, 2017).

Conforme Petkova *et al.* (2015), há muito tempo mudanças climáticas e migrações humanas têm estado intrinsecamente relacionadas, tendo como grande força motriz os fatores sociais, demográficos e econômicos, influenciando as decisões de migração entre as populações mais vulneráveis. Renaud *et al.* (2007) dividiu as “pessoas ambientalmente deslocadas” em três grupos de acordo com a sua relação com a perturbação ambiental: migrantes emergentes ambientais, migrantes forçados ambientais e migrantes motivados ambientalmente.

É possível identificar na literatura este termo a partir sinônimos, tais como

[...] migrante ambiental forçado, migrante motivado ambientalmente, refugiado climático, refugiado das alterações climáticas, migração induzida pelo clima, climigrante, pessoas deslocadas pelas alterações climáticas, pessoa deslocada ambientalmente (EDP), refugiado de catástrofe, eco-refugiado, pessoa ecologicamente deslocada e futuro refugiado ambiental (Islam; Hasan, 2016; Islam; Shamsuddoha, 2017 *apud* Islam; Khan, 2018).

Em estudo realizado em Odisha, distrito da Índia, Patel *et al.* (2020) constataram que inundações, ciclones, secas, ondas de calor e relâmpagos afetaram a população local mais vulnerável, prejudicando de forma calamitosa seus meios de subsistência e forçando-os à adoção de mecanismos como a venda de gado, a obtenção de empréstimos e a migração. Estudo semelhante realizado em Bangladesh (Islam, 2018) com pessoas *chars*³ concluiu que as ameaças naturais e decorrentes das alterações climáticas, associadas às vulnerabilidades econômicas e sociais, tiveram grande impacto, tornando a decisão pela migração como única alternativa. Também na região costeira de Bangladesh, frequentemente assolada por ciclones, os riscos de salinidade, a grave escassez de água potável e a subida do nível do mar ampliam as vulnerabilidades socioeconômicas, sinalizando para um possível

³ Como termo bengali, *char* refere-se a uma ilha ribeirinha. Pessoas *chars* podem ser criadas em duas áreas, denominadas “ribeirinhas” e “charcos costeiros” respectivamente. Em geral, as terras *char* são ilhas adjacentes aos rios, mas que não estão protegidas das terras principais.

aumento da migração populacional em resposta às alterações climáticas (Rakib *et al.*, 2019).

Os países do sudeste asiático são o foco do artigo de Islam e Khan (2018) que afirma que um grande número de pessoas é deslocado e migrado dos seus locais de origem, sujeitado a estabelecer-se em locais com baixo nível de resiliência quanto aos meios de subsistência devido a alterações climáticas e desastres.

A realidade brasileira é contemplada no estudo realizado por Cunha (2012), que ressalta o deslocamento induzido por desastres intimamente ligado a vulnerabilidades preexistentes de grupos populacionais específicos, não sendo somente os acontecimentos naturais – inundações, tempestades, deslizamentos de terra – que acarretam o deslocamento entre os bairros mais pobres, mas também a precariedade das habitações, a localização em terrenos montanhosos ou pantanosos, a não propriedade da terra que impossibilita construções mais permanentes, as deficiências na aplicação dos códigos de construção, a densidade dos aglomerados populacionais, entre outros principais fatores que transformam crises rotineiras em grandes catástrofes.

A interface entre a fragilidade das ações governamentais e implicações sociais sistêmicas – a pobreza, a migração rural-urbana – como fatores que agravam os impactos de um desastre natural é abordada no estudo de Saxena *et al.* (2022) sobre o terremoto de Gorkha, ocorrido em 2015 no Nepal.

Muggah (2015), ao abordar o deslocamento no Brasil, enfatizou que o pouco⁴ reconhecimento das dimensões desse fenômeno pode oportunizar estudos especulativos e com falta de evidências. Ao elaborar sua conceituação sobre deslocamento interno, o autor apresentou uma tipologia que incluiu os induzidos por violência, os induzidos por desenvolvimento e os induzidos por desastres.

O autor categorizou desastres naturais como eventos climáticos dramáticos (enchentes, chuvas, secas), responsáveis por provocar as "[...] formas de deslocamento de curto a médio prazo nos centros urbanos, mas também nas áreas rurais periféricas. Muitas vezes resulta em outras formas de migração (voluntária) devido à deterioração das condições" (Muggah, 2015, p. 227). Portanto, o deslocamento induzido por desastres naturais ocorre à medida que os acontecimentos climáticos e as alterações ambientais prejudicam a capacidade das pessoas de viver em seus locais de residência (Islam; Khan, 2018). E pode ser considerado como parte de um processo social de adaptação, quando os esforços para mitigar eventos climáticos extremos já não conseguem garantir a subsistência e a sobrevivência das pessoas afetadas.

A migração atrelada à ocorrência de um desastre interrompe o funcionamento de um sistema social e a "resposta e recuperação dependerão não somente da magnitude do evento, mas também da vulnerabilidade e das capacidades prévias para enfrentá-lo" (Espinoza Soto *et al.*, 2022, p. 15). Muggah identifica que uma característica basilar dos deslocamentos, tanto no Brasil como em outros lugares, "[...] são os níveis relativos de vulnerabilidade e resiliência das pessoas mais suscetíveis à realocação forçada. Muitas vezes, são as famílias e os indivíduos que enfrentam um acúmulo de riscos que têm maior probabilidade de serem deslocados" (2015, p. 232).

A vulnerabilidade é frequentemente associada à pobreza, porém ela também acontece quando as pessoas estão isoladas, inseguras e indefesas mediante situações/acontecimentos de risco (Paul; Islam, 2015), incapacitando os sujeitos ou grupos sociais a responder, adaptar-se, enfrentar ou recuperar-se de qualquer estresse externo colocado nos meios de subsistência e no bem-estar (Kelly; Adger, 2000).

⁴ Existe uma escassa literatura sobre migração transfronteiriça, voluntária (emigração e imigração) ou forçada (requerentes de asilo). Menos ainda se sabe sobre deslocamentos internos, incluindo padrões de deslocamento populacional entre cidades ou dentro delas. Com exceção dos relatórios anuais que contabilizam o número de refugiados e requerentes de refúgio residentes no Brasil, informações e análises sobre deslocados internos (IDPs) estão ausentes das avaliações geradas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) e pelo Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC), duas autoridades reconhecidas (Muggah, 2015, p. 222-223).

Os países em desenvolvimento são abalados de forma mais significativa pelos impactos das perdas econômicas, além disso, entre os anos de 1970 e de 2002, 77% das catástrofes ocorridas incidiram sobre os países em desenvolvimento, desnudando a realidade de que a falta de recursos está diretamente relacionada à impossibilidade de combater os desastres mortais (Abbas Khan *et al.*, 2019; Kellenberg; Mobarak, 2008).

Ugarte, Salgado e Fuster (2015, p. 137) referem que

[...] o conceito de vulnerabilidade está intrinsecamente relacionado ao de desastre. A conceitualização de que os desastres não são acontecimentos "naturais", mas sim acontecimentos "socio naturais", nos quais estão subjacentes causas sociais, é amplamente aceito. Portanto, os desastres são considerados fenômenos sociais porque "não ameaçam todas as sociedades de forma igual, uma vez que os fatores geográficos se combinam com fatores socioeconômicos e políticos das populações afetadas.

Nesse mesmo sentido, Dilley e Boudreau (2001) argumentam que a extensão dos impactos que as pessoas sofrem com os diferentes tipos de calamidades dependem de como os seus meios de subsistência estão expostos a perigos e/ou situações chocantes, e da sua capacidade de resistir a eles. Ayeb-Karlsson *et al.* (2016) ressaltam que a pobreza e a insegurança alimentar são fatores que aumentam a vulnerabilidade aos riscos naturais, sendo as comunidades dos países mais pobres as mais duramente atingidas.

As ameaças, as vulnerabilidades socioeconômicas e o deslocamento populacional induzido pelos impactos das mudanças climáticas no sudeste asiático, se não abordadas de forma adequada, poderão minar o desenvolvimento sustentável da região e os esforços de erradicação da pobreza (Islam; Khan, 2018). Islam e Khan (2018, p. 316) citam as ameaças e vulnerabilidades socioeconômicas comuns na região asiática:

[...] vítimas humanas diretas, perda de abrigo, perda de dinheiro e alimentos, perda de terras e propriedades, perda de produção, desemprego e baixos rendimentos, pobreza em massa, riscos para a saúde, desenraizamento da origem (incluindo a destruição de redes sociais), vulnerabilidade social (entre deficien-

tes, mulheres e crianças), riscos de catástrofes futuras, separação familiar e violência sexual e baseada no gênero, baixas estratégias de sobrevivência e residências comunitárias de baixo nível e deslocamento forçado.

Dados do Asian Development Bank (2009) sugerem que, se não forem tomadas medidas eficazes, Indonésia, Filipinas, Tailândia e Vietnã poderão sofrer uma perda equivalente a 6,7% do PIB anualmente até 2100, mais que o dobro da média global, pois "os desastres naturais diminuem substancialmente o rendimento *per capita* do país através do canal de destruição de infraestruturas energéticas entre os países" (Abbas Khan *et al.*, 2019, p. 14297).

A discussão sobre os processos migratórios induzidos por desastres deve incluir os aspectos geofísicos, hidrológicos e atmosféricos na interface com os impactos e as consequências negativas: processos de realocação e os riscos/custos/benefícios econômicos, sociais, culturais, etc.

Mitigação e resiliência: modos de adaptação individuais e coletivos

Como já é sabido, os desastres diferem entre si na gravidade, havendo desastres com impactos muito mais elevados e/ou adversos que outros, de proporções menores. Também, a taxa de pobreza é mais elevada em áreas de catástrofes consideradas graves, justamente pelos danos ocasionados. E, por consequência, as maiores taxas de migração também vêm dessas localidades. Alguns eventos se configuram como choques, são súbitos, menos previsíveis, com efeitos em curto período e multiplicadores, pois envolvem dois ou mais processos de pressão que se reforçam mutuamente, como os impactos de inundações, choques econômicos e outros eventos – aumento do nível do mar e aquecimento gradual da temperatura, por exemplo (Collins *et al.*, 2011; Irwin *et al.*, 2016).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (Field; Barros, 2014) considera a migração motivada por situações de alterações climáticas ou de desastres naturais como uma

falha na adaptação ou uma má adaptação ao contexto. Entretanto, um panorama mais ampliado desses acontecimentos aponta que, em determinadas situações, a migração torna-se uma das únicas estratégias de adaptação viável e sustentável para famílias e comunidades reduzirem os riscos em virtude dos fenômenos climáticos (King *et al.*, 2014).

Em estudo sobre as realocações como forma de adaptação a eventos climáticos extremos na Austrália, King *et al.* (2014, p. 89) salientam que

[...] aqueles que optam por permanecer numa comunidade, em comparação com indivíduos que são forçados a passar por perdas, podem ilustrar diferentes características de resiliência nas comunidades; eles podem permanecer na comunidade devido a um compromisso e um senso de lugar altamente desenvolvidos. [...] O sentido de pertencimento, a longevidade da residência na comunidade e o compromisso com o local devem ser equilibrados com os rendimentos [...] e a falta de tempo disponível para recomeçar noutro local. Assim, as declarações afirmativas de resiliência devem ser equilibradas com a falta de alternativas, o que constitui uma vulnerabilidade não declarada. A resiliência e a vulnerabilidade existem simultaneamente nos indivíduos e nas comunidades, mas embora o foco esteja na construção da resiliência, a vulnerabilidade simultânea pode ser negligenciada.

O sentimento de pertencimento em relação ao lugar está relacionado com o padrão de complacência ou aceitação identificado após a ocorrência de desastres. Os mesmos autores referem que, com o passar dos anos, algumas situações de desastres passam a ser uma memória distante, e novas reconstruções prosseguem em áreas vulneráveis. Mas não se deva relacionar esse retorno apenas com memórias construídas, ou com aspectos de identificação e/ou pertencimento com os territórios; quando se trata de uma população afetada com condições socioeconômicas mais baixa, entende-se que tal retorno aos territórios vulneráveis está atrelado a uma necessidade de sobrevivência, pois é naquele espaço, nas redes de apoio que ali foram estabelecidas, que muitos indivíduos e famílias estabelecem as condições/relações de trabalho e fontes de subsistência.

Uma das principais características da migração

induzida pelo clima é que ela ocorre de forma abrupta e não de forma gradual caracterizando um processo migratório de grande volume de indivíduos que ocorrem simultaneamente para áreas mais seguras, não necessariamente preparadas e que podem sofrer um choque migratório (Aldrich; Crook, 2008). Se a dinâmica do deslocamento interno no Brasil é semelhante à de outros contextos de renda média e baixa com altas taxas de insegurança, particularmente o crescimento desse tipo de movimentação migratória resultou no crescimento acentuado de favelas, com concentração de desigualdade social e violência (Muggah, 2015).

Outro formato de migração que se apresenta com boa estratégia de adaptação são as migrações sazonais. No estudo realizado em Bangladesh, Ayeb-Karlsson *et al.* (2016) identificaram que as migrações sazonais apresentam grande potencial de aumentar a segurança da obtenção dos meios de subsistência, porém, ao mesmo tempo, apresentam um grande custo aos emigrantes, visto que, em geral, as condições de trabalho são desafiadoras, não sendo raros ferimentos e, até mesmo, a morte de migrantes devido a acidentes de trabalho. Nesse sentido, "a perda da capacidade de trabalhar significa perda de rendimentos e redução da resiliência dos meios de subsistência" (Ayeb-Karlsson *et al.*, 2016, p. 689).

O estudo de Patel *et al.* (2020), realizado na Índia, demonstrou que a migração para trabalhar em regime de servidão em estados vizinhos trouxe repercussões para os indivíduos e suas famílias, visto que muitas vezes não proporcionava os meios para pagamento das dívidas contraídas e acarretava graves impactos no tecido social, uma vez que idosos e outras populações mais vulneráveis eram abandonadas.

Petkova *et al.* (2015, p. 9348), salientam que

[...] a migração em grande escala, especialmente à escala internacional, pode ser exacerbada pelas alterações climáticas e provavelmente colocará desafios de segurança. A migração e a deslocalização permanente de um grande número de pessoas colocarão pressões adicionais sobre os já sob pressão serviços vitais de saúde e sociais, incluindo habitação a preços

acessíveis, nas comunidades de destino, onde, por exemplo, o acesso aos cuidados de saúde poderá ser reduzido para todos os sectores da população.

Em contrapartida, Runfola *et al.* (2016) constataram em seu estudo realizado no México que a migração interna resultou na diminuição da exposição a condições meteorológicas extremas para 2,6 milhões de pessoas entre 2005 e 2010, podendo estar interligada diretamente com a mitigação ou amplificação dos impactos das alterações climáticas.

Na mesma direção, Graif (2016) constatou, em seu estudo realizado com pessoas deslocadas devido ao furacão Katrina, que as pessoas que optaram pela realização de deslocamentos mais longos obtiveram melhor qualidade de vida, realocando-se em bairros menos desfavorecidos e com maior densidade de emprego, o que conduziu a ganhos espaciais.

Contudo, estima-se que 53% da população adulta, pré-furacão Katrina, de Nova Orleans, regressaram ao local, sendo que 33% retornaram à moradia anterior (Sastry; Gregory, 2014). Conforme Asad (2015), muito dessa migração de retorno, ocorrida com pessoas deslocadas pelo furacão Katrina, deve-se à comparação de fatores *pull* e *push*, demonstrando como a vivência dos deslocados enquanto a situações discriminatórias na origem e no destino influenciam na decisão pela migração de retorno, sendo necessário compreender as experiências das pessoas mais vulneráveis para uma maior eficácia nos processos de reassentamento e recuperação de longo prazo das comunidades. Não raramente, estes migrantes, chegam em áreas desconhecidas, enfrentam problemas relacionados acolhimento (abrigo) e de necessidades básicas, tendo reflexo direto na sua qualidade de vida (Boustán *et al.*, 2017).

Neste sentido, Rakib *et al.* (2019) ressaltam a necessidade da criação de medidas que aumentem a sensibilização local para as catástrofes, as consequências perigosas que lhes estão associadas e possíveis medidas de mitigação e adaptação; ações, medidas e/ou políticas de-

envolvidas em uma perspectiva de longo prazo, incluindo as migrações como uma problemática a ser enfrentada através da inclusão nas políticas de migração existentes do reassentamento planejado e resistente a desastres (Ahsan; Özbek, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento exponencial de desastres e eventos extremos, consequência das condições climáticas, apresenta repercussões que se diferenciam conforme contexto e território, sendo a indução à migração uma repercussão.

Os governos, pressionados pela ocorrência de desastres e pelo aumento das migrações, têm proposto ações que ainda são insuficientes, assim como é insuficiente a produção científica sobre a temática, evidenciando que é necessário avançar em estudos sobre condições climáticas e a mobilidade das populações. Os migrantes são indivíduos, grupos, comunidades forçadas a abandonar seus territórios, sua história, em busca de melhorias, proteção e continuidade da vida, mas muitas vezes seguem deslocados e em situação de permanente incerteza.

Considerando que esse não é um fenômeno recente, mas que, sim, vem aumentando significativamente, este estudo recomenda: a) agilidade e prontidão dos governos em elaborar políticas ou estratégias de amplo alcance regulando a migração, com ações de proteção aos imigrantes e garantia de vida digna; b) inclusão nas agendas governamentais de forma mais efetiva e consequente do tema da mudança climática global articulando países e continentes com políticas, planos e ações de gestão, prevenção e mitigação às situações de desastres que ceifam vidas e que obrigam indivíduos, grupos e/ou comunidades a abandonar seus territórios.

Finalmente, deseja-se que este artigo estimule outras produções, estudos e investigações agregando diferentes atores sociais em busca de maior compreensão sobre um tema tão importante.

Agradecimentos

Projeto guarda-chuva "Pobreza, cidadania

e meio ambiente", financiado através da chamada CNPq N. 69/2022 – Bolsas de Mestrado e Doutorado – PIBPG 2022 e "Investigação da gestão do risco de desastres nos estados do Rio Grande do Sul e Amazonas: contribuição para prevenção/mitigação de desastres adaptação às mudanças climáticas e construção da resiliência", contemplado pelo Programa Inova Fiocruz, edital Fapergs/Fiocruz 13/2022 – Rede Saúde – RS.

REFERÊNCIAS

ABBAS KHAN, K. *et al.* Natural disasters and economic losses: controlling external migration, energy and environmental resources, water demand, and financial development for global prosperity. *Environmental Science and Pollution Research*, Germany, v. 26, p. 14287-14299, 2019.

AGUIRRE, T. Migración y religión. La conformación de una comunidad haitiana católica en Santiago de Chile. In: ROJAS PEDEMONTTE, N. *Migración haitiana hacia el sur andino*. Madrid: Obimid: Centro de Ética y Reflexión Social Fernando Vives; S.J. Universidad Alberto Hurtado: Antonio Ruiz de Montoya; Universidad Jesuita: Servicio Jesuita a Migrantes, 2017. (Colección Obimid). p. 187-209.

AHSAN, M. M.; ÖZBEK, N. Policy considerations on hurricane induced human displacement: Lessons from Cyclone Sidr and Hurricane Katrina. *Tropical Cyclone Research and Review*, Beijing, v. 11, n. 2, p. 120-130, 2022.

ALDRICH, D. P.; CROOK, K. Strong Civil Society as a Double-Edged Sword: Siting Trailers in Post-Katrina New Orleans. *Political Research Quarterly*, United States of America, v. 61, n. 3, p. 379-389, 2008.

AROUS, R. *Refugee Setting and Urban Form and Governance The Predicament of Syrian Refugees in Navigating Cairo's Urban Spaces and the Complexities of Governance in Turbulent Times*. 2013. 166 f. Dissertation (Master in Integrated Urbanism and Sustainable Design) – University of Stuttgart, Stuttgart, 2013.

ASAD, A. L. Contexts of reception, post-disaster migration, and socioeconomic mobility. *Population and Environment*, Netherlands, v. 36, n. 3, p. 279-310, 2015.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. *The Economics of Climate Change in Southeast Asia: A Regional Review*. [S. l.]: Asian Development Bank, 2009. Disponível em: <https://www.adb.org/publications/economics-climate-change-southeast-asia-regional-review>. Acesso em: 5 jan. 2024.

AYEB-KARLSSON, S. *et al.* A people centred perspective on climate change, environmental stress, and livelihood resilience in Bangladesh. *Sustainability Science*, Japan, v. 11, n. 4, p. 679-694, 2016.

BOUSTAN, L. P. *et al.* *The Effect of Natural Disasters on Economic Activity in US Counties: A Century of Data*. [S. l.]: National Bureau of Economic Research, 2017. Working Paper. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w23410>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BROWN, O. *Migration and Climate Change*. [S. l.]: UN, 2008. (IOM Migration Research Series, v. IOM Migration Research Series). Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789213630235>. Acesso em: 5 jan. 2024.

CASTILLO RAMÍREZ, G.; GONZÁLEZ SÁNCHEZ, J. Chiapas y los cambios espaciales de la migración a Estados Unidos a la vuelta del siglo. *Investigaciones geográficas*, Santiago, n. 95, p. 1-18, 2018.

COHEN, I. S. *et al.* Forced migration, climate change, mitigation and adaptive policies in Mexico: Some functional relationships. *International Migration*, Oxford, v. 51, n. 4, p. 53-72, 2013.

COLLINS, S. L. *et al.* An integrated conceptual framework for long-term social-ecological research. *Frontiers in Ecology and the Environment*, United States of America, v. 9, n. 6, p. 351-357, 2011.

COSTELLO, A. *et al.* Managing the health effects of climate change: Lancet and University College London Institute for Global Health Commission. *The Lancet*, United Kingdom, v. 373, n. 9676, p. 1693-1733, 2009.

CUNHA, A. P. da. Refugiados Ambientais? In: WHITE, A. G. *et al.* *Refúgio, Migrações e Cidadania*. 7. ed. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2012. p. 97-116.

DAHER, B. *et al.* Toward resilient water-energy-food systems under shocks: Understanding the impact of migration, pandemics, and natural disasters. *Sustainability*, Switzerland, v. 13, n. 16, 2021.

DILLEY, M.; BOUDREAU, T. E. Coming to terms with vulnerability: a critique of the food security definition. *Food Policy*, United Kingdom, v. 26, n. 3, p. 229-247, 2001.

ESPINOZA SOTO, A. *et al.* Experiencias de migrantes haitianos afectados por un incendio en Santiago, Chile. Un estudio de caso. *Si Somos Americanos*, Santiago, v. 22, n. 1, p. 8-33, 2022.

EUROPEAN MIGRATION NETWORK. *Asylum and Migration Glossary 6.0*. Bruxelas, 2018. Disponível em: https://home-affairs.ec.europa.eu/system/files/en?file=2020-09/interactive_glossary_6.0_final_version.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

FIELD, C. B.; BARROS, V. R. *Climate Change 2014 – Impacts, Adaptation and Vulnerability: Regional Aspects*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

GRAIF, C. (Un)natural disaster: vulnerability, long-distance displacement, and the extended geography of neighborhood distress and attainment after Katrina. *Population and Environment*, Netherlands, v. 37, n. 3, p. 288-318, 2016.

IDMC – INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE. *Global Report on Internal Displacement*. Genebra, 2016. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/document-s/2016-global-report-internal-displacement-IDMC.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

IRWIN, E. *et al.* Human adaptations in food, energy, and water systems. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, United States of America, v. 6, n. 1, p. 127-139, 2016.

ISLAM, M. R. Climate Change, Natural Disasters and Socioeconomic Livelihood Vulnerabilities: Migration Decision Among the Char Land People in Bangladesh. *Social Indicators Research*, Netherlands, v. 136, n. 2, p. 575-593, 2018.

ISLAM, M. R.; HASAN, M. Climate-induced human displacement: a case study of Cyclone Aila in the south-west coastal region of Bangladesh. *Natural Hazards*, Netherlands, v. 81, n. 2, p. 1051-1071, 2016.

ISLAM, M. R.; KHAN, N. A. Threats, vulnerability, resilience and displacement among the climate change and natural disaster-affected people in South-East Asia: an overview. *Journal of the Asia Pacific Economy*, United Kingdom, v. 23, n. 2, p. 297-323, 2018.

ISLAM, M. R.; SHAMSUDDOHA, M. Socioeconomic consequences of climate induced human displacement and migration in Bangladesh. *International Sociology*, United Kingdom, v. 32, n. 3, p. 277-298, 2017.

KELLENBERG, D. K.; MOBARAK, A. M. Does rising income increase or decrease damage risk from natural disasters? *Journal of Urban Economics*, United States of America, v. 63, n. 3, p. 788-802, 2008.

KELLY, P. M.; ADGER, W. N. Theory and Practice in Assessing Vulnerability to Climate Change and Facilitating Adaptation. *Climatic Change*, United States of America, v. 47, n. 4, p. 325-352, 2000.

KING, D. *et al.* Voluntary relocation as an adaptation strategy to extreme weather events. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, Netherlands, v. 8, p. 83-90, 2014.

LUBER, G. *et al.* Ch. 9: Human Health. Climate Change Impacts in the United States: The Third National Climate Assessment. [S. l.]: U.S. Global Change Research Program, 2014. Disponível em: <https://nca2014.global-change.gov/downloads>. Acesso em: 4 jan. 2024.

LUBER, G.; PRUDENT, N. Climate Change and Human Health. *Transactions of the American Clinical and Climatological Association*, United States of America, v. 120, p. 113-117, 2009.

MUGGAH, R. The invisible displaced: A unified conceptualization of population displacement in Brazil. *Journal of Refugee Studies*, United Kingdom, v. 28, n. 2, p. 222-237, 2015.

ONU. *Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015-2030*. Ginebra: Organização das Nações Unidas, 2015. Conferencia Mundial de las Naciones Unidas. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/283>. Acesso em: 25 set. 2023.

PATEL, S. K. *et al.* Voices of rural people: Community-level assessment of effects and resilience to natural disasters in Odisha, India. *International Journal of Population Studies*, Singapore, v. 6, n. 1, p. 3-15, 2020.

PAUL, S.; ISLAM, M. R. Ultra-poor char people's rights to development and accessibility to public services: A case of Bangladesh. *Habitat International*, United Kingdom, v. 48, p. 113-121, 2015.

PETKOVA, E. P. *et al.* Climate change and health on the U.S. Gulf Coast: Public health adaptation is needed to address future risks. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, Switzerland, v. 12, n. 8, p. 9342-9356, 2015.

PIZZINATO, A. *et al.* Outras mulheres, outras negritudes: gênero e imigração nos itinerários vitais de africanas e haitianas. In: BELLINI, M. I. B.; ZAMBRANO, R. (org.). *Vulnerabilidades: intersecções e particularidades*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2017. p. 137-151.

RAKIB, M. A. *et al.* Severe salinity contamination in drinking water and associated human health hazards increase migration risk in the southwestern coastal part of Bangladesh. *Journal of Environmental Management*, United States of America, v. 240, p. 238-248, 2019.

RENAUD, F. G. *et al.* Control, adapt or flee: how to face environmental migration? [S. l.]: UNU-EHS, 2007. ISSN 18146430. Disponível em: <http://collections.unu.edu/view/UNU:1859>. Acesso em: 5 jan. 2024.

RUNFOLA, D. M. *et al.* The Influence of Internal Migration on Exposure to Extreme Weather Events in Mexico. *Society and Natural Resources*, United Kingdom, v. 29, n. 6, p. 750-754, 2016.

SASTRY, N.; GREGORY, J. The Location of Displaced New Orleans Residents in the Year After Hurricane Katrina. *Demography*, United States of America, v. 51, n. 3, p. 753-775, 2014.

SAXENA, A. *et al.* Opportunities and barriers for wood-based infrastructure in urban Himalayas: A review of selected national policies of Nepal. *Trees, Forests and People*, Netherlands, v. 8, p. 1-12, 2022.

UNITED NATIONS. *World Migration in Figures 2013*. Ginebra: [s. n.], 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/els/mig/World-Migration-in-Figures.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2023.

UGARTE, A. M.; SALGADO, M.; FUSTER, X. Emergencia de sujeto político y experiencia de acción colectiva en desastres siconaturales: Análisis de casos en Santiago, Constitución y Chaitén, Chile. In: ARTEAGA AGUIRRE, C.; TAPIA ZARRICUETA, R. *Vulnerabilidades y desastres siconaturales*. Experiencias recientes en Chile. Santiago: Universitaria, 2015. p. 131-148. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/136617>. Acesso em: 4 jan. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Migration and Its Impact on Cities*. Ginebra, 2017. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/Migration_Impact_Cities_report_2017_HR.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

Fernanda Xavier Arena

Assistente Social. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política / PUCRS. Bolsista PDI Programa Inova – Fiocruz/ Fapergs – Rede Saúde/RS. Doutora em Psicologia pela Universitat de València (2018). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Interseccionalidade (NETSI).

Carlos Eduardo de Oliveira Mazoni

Mestrando, bolsista do CNPq, em Ciências Sociais – Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor de formação, graduado em Educação Física – Licenciatura, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (2010) e graduando em Serviço Social – Universidade La Salle. Com atuação no campo da assistência social e da educação social.

Maria Isabel Barros Bellini

Professora da Escola de Humanidades da PUCRS, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI). Assistente Social da Escola de Saúde Pública – SES-RS.

Endereço para correspondência:

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Escola de Humanidades
Av. Ipiranga, n. 6681, Prédio 9, Sala 119
Partenon 90619-900
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.